



RESOLUÇÃO Nº 144, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre o resultado do 12º Concurso de Promoção na carreira de Defensor(a) Público(a) do Estado do Amapá, regido pelo Edital nº 01/2026/DPE/AP.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Complementar Estadual e normas internas da instituição,

CONSIDERANDO o disposto no Edital n.º 01/2026/DPE/AP, que regulamenta o 12º Concurso de Promoção na carreira de Defensor(a) Público(a) do Estado do Amapá;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 135/2026/CSDPEAP, que estabelece a lista de antiguidade na carreira no âmbito da DPE/AP;

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na Reunião Extraordinária Secreta realizada em 30 de março de 2026, no bojo do Processo SEI n.º 26.0.000002358-1;

CONSIDERANDO a regularidade das inscrições apresentadas e a ausência de impugnações;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar, pelo critério de antiguidade, o resultado do 12º Concurso de Promoção na carreira de Defensor(a) Público(a) do Estado do Amapá, regido pelo Edital n.º 01/2026/DPE/AP:

I - 2ª Classe de Defensor Público do Estado do Amapá: a Defensora Pública Juliana Mendez Monteiro, por ser a mais antiga entre os inscritos habilitados.

II - 1ª Classe de Defensor Público do Estado do Amapá: o Defensor Público Arthur de Almeida Pessoa, observada a ordem de antiguidade na carreira.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IGOR VALENTE GIUSTI

Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública - Conselheiro Nato

LAURO MIYASATO JUNIOR

Corregedor-Geral - Conselheiro Nato

EDUARDO LORENA GOMES VAZ

Subdefensor Público-Geral para Assuntos Institucionais

em Substituição a Subdefensora Pública-Geral para Assuntos administrativos

LEONARDO GUERINO

Conselheiro Eleito

GABRIEL CORREIA DE FARIAS

Conselheiro Eleito

MÁRCIO FONSECA COSTA PEIXOTO

Conselheiro Eleito





**JOSÉ AUGUSTO NORAT BASTOS
FILHO**
Conselheiro Eleito



Documento assinado eletronicamente por **Igor Valente Giusti, Defensor Público-Geral**, em 30/03/2026, às 14:59:00, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **lauro miyasato junior, Corregedor**, em 30/03/2026, às 14:58:53, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **eduardo lorena gomes vaz, Subdefensor Público-Geral Institucional**, em 30/03/2026, às 14:57:56, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **gabriel correira de farias, Defensor Público**, em 30/03/2026, às 14:57:54, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **marcio fonseca costa peixoto, Defensor Público**, em 30/03/2026, às 14:58:55, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Guerino, Defensor Público**, em 30/03/2026, às 14:59:34, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **jose augusto norat bastos filho, Defensor Público**, em 30/03/2026, às 14:57:57, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0206237** e o código CRC **5302BF8D**.

26.0.000002358-1

0206237v5



**PORTARIA Nº 275, DE 30 DE MARÇO
DE 2026.**

Designação de defensora pública substituta.

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n.º 121, de 31 de dezembro de 2019 e Portaria n.º 395, de 2 de maio de 2024,

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico n.º 26.0.000002755-2/SEI;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 795, de 16 de setembro de 2024, que nomeou Tirza Amelia Oliveira da Rocha Abbin, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Defensora Pública Substituta, integrante da Carreira da Defensoria Pública do Estado do Amapá;

CONSIDERANDO o artigo 122, § 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 121/2019;

CONSIDERANDO os Princípios da Eficiência e Continuidade do Serviço Público;

CONSIDERANDO o artigo 79 da Lei Complementar n.º 121/2019-DPE/AP;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a defensora pública substituta **Tirza Amélia Oliveira da Rocha Abbin** para a realização das audiências referentes aos processos n.º 6004627-78.2023.8.03.0001, em trâmite no 5º Juizado Especial Cível de Macapá, e n.º 6089125-39.2025.8.03.0001, em trâmite na 2ª Vara Cível de Macapá, **no dia 31 de março de 2026.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Macapá, 30 de março de 2026.





EDUARDO LORENA GOMES VAZ

Subdefensor Público-Geral do Estado do Amapá
para Assuntos Institucionais



Documento assinado eletronicamente por **eduardo lorena gomes vaz, Subdefensor Público-Geral Institucional**, em 30/03/2026, às 10:49:59, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0205974** e o código CRC **96A12DE5**.

26.0.000002755-2

0205974v2



EDITAL

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Nº 05/2026 - PROCESSO SELETIVO
PARA COMPOSIÇÃO DE BANCO DE
TALENTOS DESTINADO À ATUAÇÃO
EM ASSESSORIA NA DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ -
DPE/AP**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ, por meio da ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº 01/2026 de abertura de inscrições para o Processo Seletivo para composição de Banco de Talentos destinado à atuação em assessoria jurídica e técnica na

Defensoria Pública do Estado do Amapá, publicado no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Amapá, Edição nº 15, de 22 de janeiro de 2026, RESOLVE:

1. **DIVULGAR**, o espelho da prova aplicada no dia 29 de março de 2026, que apresentou o seguinte conteúdo:

**CADERNO DE QUESTÕES
29/03/2026**

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Sua Prova

Caderno de Questões: Contém 80 questões, numeradas de 1 a 80. Verifique se está completo e sem defeitos.

Comunique irregularidades ao aplicador imediatamente, pois não serão aceitas reclamações após a prova.

Questões: Cada questão tem 5 opções de resposta, sendo apenas uma correta.

Cartão-Resposta: Marque a resposta correspondente ao número da questão com caneta esferográfica de material transparente (tinta preta ou azul).

Rascunhos ou marcações no caderno não serão considerados.

Entrega: Ao finalizar, acene para o aplicador e entregue todo o material recebido.

Tempo

Duração: 5 horas para responder todas as





questões e preencher o Cartão-Resposta.

Recomendação: Reserve os últimos 30 minutos para marcar o Cartão-Resposta.

Saída: Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas 1h (uma hora) de prova.

Não é Permitido

Levar o Caderno de Questões ao sair da sala.

Portar ou usar aparelhos eletrônicos (celulares, relógios inteligentes, calculadoras, fones de ouvido, etc.).

Violação resulta em eliminação.

Consultar materiais de apoio, livros, anotações ou códigos de legislação comentados.

Comunicar-se com outros candidatos.

Usar lápis, lapiseira, borracha, marca-texto, régua ou corretivo no Cartão-Resposta.

Descumprir orientações dos fiscais.

Informações Gerais

Mantenha silêncio absoluto. Para dúvidas, levante a mão e aguarde o aplicador.

O descumprimento das regras pode levar à eliminação.

Não haverá substituição do Cartão-Resposta por erro do candidato.

QUESTÃO 1

As Eleições Gerais de 2026 se aproximam e a Justiça Eleitoral (JE) faz um alerta importante: o prazo para tirar o título de eleitor, transferir o domicílio eleitoral, regularizar pendências ou atualizar dados cadastrais vai até o dia 6 de maio, ou seja, termina dentro de quatro meses. Após essa data, o cadastro eleitoral será fechado e não será possível fazer alterações até depois do pleito. O encerramento ocorre 150 dias antes da eleição, conforme determina a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997). Como o 1º turno do pleito deste ano ocorrerá em 4 de outubro, o dia 6 de maio é a data-limite para o alistamento eleitoral ou para a regularização de pendências perante a JE. Fonte: (<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Janeiro/prazo-para-tirar-o-titulo-de-eleitor-vai-ate-6-de-maio>)

Sobre os direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva **ERRADA**:

- O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de 70 anos e os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- A perda ou suspensão dos direitos políticos somente se dará nos casos taxativamente previstos na Constituição, dentre eles a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem





seus efeitos.

d) A lei que alterar o processo eleitoral entra em vigor imediatamente, aplicando-se às eleições que ocorrerem no mesmo ano de sua publicação.

e) O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, registrará seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

QUESTÃO 2

“O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou neste sábado (28) que os Estados Unidos iniciaram “grandes operações de combate” no Irã, prometendo aniquilar as forças armadas do país e destruir seu programa nuclear. Em um vídeo de oito minutos publicado na rede Truth Social, Trump acusa o Irã de rejeitar “todas as oportunidades de renunciar às suas ambições nucleares” e afirmou que os EUA “não aguentam mais”. Israel também anunciou ataques contra o Irã. Diferentemente da última vez em que os EUA e Israel atacaram o Irã, em junho de 2025, estes ataques começaram à luz do dia, na madrugada deste sábado - o primeiro dia da semana no Irã - enquanto milhões de pessoas iam trabalhar ou estudar. E enquanto os ataques americanos em junho terminaram em poucas horas, fontes disseram à CNN que, desta vez, as forças armadas americanas estão planejando ataques para vários dias. Em resposta, o regime iraniano lançou

uma onda de ataques sem precedentes em todo o Oriente Médio, com explosões ouvidas em diversos países que abrigam bases militares americanas, entre eles: Emirados Árabes Unidos, Catar, Bahrein, Kuwait, Jordânia e Iraque.

Fonte:(<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-confirma-ataque-ao-ira-e-diz-que-pretende-defender-o-povo-americano/>)

Acerca das relações internacionais, de acordo com texto expresso no artigo 4º da Constituição Federal o Brasil rege-se, nas suas relações internacionais pelos princípios. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) soberania; prevalência dos direitos humanos e autodeterminação dos povos;
- b) não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz;
- c) solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- d) concessão de asilo político, prevalência dos direitos humanos; defesa da paz
- e) busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

QUESTÃO 3





No âmbito do processo legislativo expressamente previsto na Constituição Federal é proibido edição de medidas provisórias que tratem: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;
- b) direito penal, processual penal e processual civil;
- c) organização do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública e da carreira e a garantia de seus membros;
- d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º. CF;
- e) matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

QUESTÃO 4

Sobre a Defensoria Pública assinale a assertiva **ERRADA**:

- a) O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.
- b) No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão

contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais

c) Durante o decurso do prazo de de 8 anos a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social, adensamento populacional e por determinação judicial quando houver omissão do Defensor Público-Geral.

d) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre assistência jurídica e Defensoria Pública.

e) À Defensoria Pública é assegurada autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

QUESTÃO 5

Acerca do direito à educação previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 6 (seis) aos 18 (dezoito) anos de idade.
- b) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino médio e no ensino superior, cabendo aos Estados a atuação exclusiva na educação infantil.
- c) A União aplicará, anualmente, nunca





menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

d) O ensino será ministrado com base, entre outros princípios, na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

e) A educação é dever exclusivo do Estado, sendo facultada a colaboração da família e da sociedade apenas no ensino superior.

QUESTÃO 6

De acordo com o texto constitucional vigente, especialmente após as Emendas Constitucionais nº 45/2004 e nº 80/2014, assinale a alternativa **CORRETA** acerca da Defensoria Pública:

a) Trata-se de órgão vinculado administrativamente ao Poder Judiciário, sem autonomia funcional.

b) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

c) Atua exclusivamente na defesa judicial de pessoas hipossuficientes economicamente.

d) São princípios institucionais da

Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a vitaliciedade.

e) Possui apenas autonomia financeira, estando subordinada hierarquicamente ao Chefe do Poder Executivo.

QUESTÃO 7

Conforme dispõe o art. 6º da Constituição Federal, são direitos sociais, **EXCETO**:

a) A propriedade.

b) A saúde.

c) A alimentação.

d) A previdência social.

e) A educação.

QUESTÃO 8

O Estado brasileiro, estruturado sob a forma de Estado Laico, assegura a imparcialidade religiosa na atuação estatal, vedando qualquer forma de favorecimento, discriminação ou embaraço às manifestações de fé. A laicidade estatal, contudo, não implica hostilidade à religião, mas, ao contrário, constitui instrumento de proteção à liberdade religiosa, à diversidade cultural e ao pluralismo, garantindo a todos o pleno exercício de suas convicções. À luz da Constituição Federal de 1988, especialmente dos direitos fundamentais, assinale a alternativa **CORRETA**:





- a) O princípio do Estado Laico autoriza o Poder Público a restringir manifestações religiosas em espaços públicos, com o objetivo de preservar a neutralidade estatal.
- b) A Constituição Federal assegura a liberdade de consciência e de crença, garantindo o livre exercício dos cultos religiosos, na forma da lei, bem como a proteção aos locais de culto e suas liturgias, vedada qualquer forma de intolerância religiosa.
- c) A liberdade religiosa possui caráter meramente individual, não alcançando manifestações coletivas nem a proteção de templos e celebrações.
- d) A laicidade estatal impede o Estado de adotar medidas de proteção contra atos de intolerância religiosa, sob pena de violação ao princípio da imparcialidade.
- e) A liberdade religiosa permite à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.

QUESTÃO 9

A Constituição Federal de 1988 confere ampla proteção aos direitos dos povos indígenas, reconhecendo sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Sobre o assunto, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) São reconhecidos aos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- c) As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- d) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- e) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente ou temporário, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, excluindo-se apenas as terras necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

QUESTÃO 10





O direito à moradia adequada constitui direito fundamental social expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 e reconhecido em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, sendo objeto de recente consolidação jurisprudencial pelo Supremo Tribunal Federal em casos envolvendo despejos coletivos e remoções forçadas de populações vulneráveis. A ADPF 828, ajuizada pelo PSOL no STF, suspendeu temporariamente despejos e desocupações durante a pandemia de Covid-19 e, posteriormente, estabeleceu diretrizes rigorosas para reintegrações de posse coletivas. A decisão proíbe desocupações forçadas sem alternativas dignas de moradia para famílias vulneráveis e determina a criação de comissões de conflitos fundiários. Em relação ao direito à moradia, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O direito à moradia foi expressamente incluído no rol de direitos sociais da Constituição Federal brasileira de 1988 por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. Essa alteração no artigo 6º da Constituição oficializou a moradia como um direito fundamental social e um compromisso do Estado.
- b) O direito à moradia limita-se à proteção da propriedade privada residencial, não alcançando ocupações coletivas formadas por populações vulneráveis.

c) A efetivação do direito à moradia depende exclusivamente de política pública discricionária do Poder Executivo, sendo vedada a atuação do Poder Judiciário.

d) O direito à moradia, como direito fundamental social, impõe ao Estado deveres positivos de proteção, mas as remoções coletivas não precisam observar garantias procedimentais mínimas, sob pena de violação ao direito à propriedade.

e) O direito à moradia não integra o bloco de constitucionalidade brasileiro, por não constar expressamente do rol do art. 5º da Constituição Federal.

QUESTÃO 11

Na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, um fiscal constata que estabelecimento comercial opera sem licença ambiental exigida pela legislação. O proprietário apresenta documentação demonstrando que o pedido de licenciamento foi protocolado há meses e aguarda análise pelo próprio órgão fiscalizador. A conduta ética do servidor, considerando a relação entre legalidade e moralidade no serviço público, deve pautar-se pelo entendimento de que:

- a) A moralidade administrativa impõe considerar a totalidade das circunstâncias, incluindo eventual omissão do próprio





poder público, ao definir as medidas cabíveis no caso concreto.

b) A estrita legalidade determina a aplicação das sanções previstas independentemente de circunstâncias administrativas, cabendo ao interessado recorrer pelos meios próprios.

c) A presunção de legitimidade dos atos administrativos prevalece sobre as alegações do particular, justificando a autuação independentemente da verificação documental apresentada.

d) A isonomia entre os administrados exige tratamento idêntico a todos os estabelecimentos não licenciados, vedada qualquer diferenciação baseada em situações processuais pendentes.

e) A discricionariedade técnica autoriza o fiscal a suspender a autuação até que o processo de licenciamento seja concluído, regularizando a situação de ofício.

QUESTÃO 12

No âmbito do Direito Administrativo, os atos administrativos são manifestações unilaterais da vontade da Administração Pública que produzem efeitos jurídicos concretos, no exercício de prerrogativas públicas. Em relação à classificação dos atos administrativos, é correto afirmar que, EXCETO:

a) Quanto aos destinatários, os atos podem ser classificados em gerais, individuais singulares ou individuais plurais.

b) Atos restritivos são aqueles que diminuem a esfera jurídica do destinatário, causando-lhe gravame ou lhe impondo deveres, como a aplicação de uma multa.

c) Atos de gestão são aqueles praticados pela Administração com todas as prerrogativas e privilégios de autoridade e impostos unilateral e coercitivamente ao particular.

d) Atos negociais podem ser entendidos como aqueles que trazem declarações de vontade do poder público coincidentes com as pretensões dos administrados, a exemplo das licenças.

e) Atos enunciativos são aqueles pelos quais a Administração apenas certifica ou atesta uma situação preexistente, em regra sem impor obrigações ou restrições ao administrado, como atestados e certidões.

QUESTÃO 13

Os atributos dos atos administrativos conferem prerrogativas à Administração. Registre V ou F:

() A presunção de legitimidade impõe ao administrado o ônus de demonstrar eventual vício do ato, mas não impede a suspensão de seus efeitos por decisão judicial ou administrativa quando presentes fundamentos relevantes.

() A autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos como decorrência da supremacia do interesse





público, autorizando execução direta sem intervenção judicial em qualquer hipótese.

() A imperatividade permite à Administração constituir obrigações unilateralmente, mas não se aplica a atos enunciativos (certidões, atestados) nem a atos negociais que dependem de provocação do interessado.

Assinale a sequência **CORRETA**:

- a) V – F – V.
- b) F – F – V.
- c) V – V – F.
- d) F – V – F.
- e) V – F – F.

QUESTÃO 14

Regime disciplinar é um conjunto de normas que definem deveres, proibições e penalidades ao servidor público, tendo como fundamento o poder disciplinar da Administração Pública. Tomando por base o Regime Disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores do Município de São João Batista (Lei Complementar nº 01/2003), está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) São sanções disciplinares a advertência, a suspensão, a demissão, a destituição de cargo em comissão ou função de confiança e a multa pecuniária.
- b) O servidor deve se sujeitar às determinações que possam contrariar os

princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, desde que a ordem advenha de autoridade pública admitida por meio de concurso público.

c) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício de suas atribuições, nos termos da Lei Federal 8.429/1992 (Lei de Sanções por Improbidade Administrativa) e da Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações).

d) Participar da administração de gerência em empresa privada de qualquer espécie ou atuar como empresário individual não é infração disciplinar

e) É infração disciplinar deixar de comunicar autoridade competente ou superior sobre qualquer infração disciplinar, ato de improbidade administrativa ou crime no âmbito da Administração ou do serviço público municipal de que tiver ciência.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal.
- b) As sanções de suspensão de direitos políticos e de proibição de contratar ou de receber incentivos fiscais ou creditícios do poder público observarão o limite máximo de 20 (vinte) anos, quando cumuladas.





c) A sentença que julgar procedente a ação fundada nos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito ou que causam prejuízo ao erário condenará ao ressarcimento dos danos e à perda ou à reversão dos bens e valores ilicitamente adquiridos, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

d) A ação por improbidade administrativa constitui ação civil, podendo ser ajuizada para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

e) O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil.

QUESTÃO 16

Maria, pessoa idosa, com baixa escolaridade e em grave dificuldade financeira em razão de tratamento médico urgente, vendeu seu único imóvel, avaliado em R\$ 400.000,00, para João, pelo valor de R\$ 120.000,00, pagos à vista. O contrato foi formalizado por escritura pública e devidamente registrado. Após seis meses, ao tomar conhecimento do real valor do bem, Maria ajuíza ação pleiteando a anulação do negócio jurídico, alegando vício de consentimento. Diante da situação apresentada, assinale a alternativa

CORRETA:

a) O contrato é plenamente válido, pois foi celebrado por escritura pública e registrado no cartório competente, inexistindo vício formal;

b) O contrato é anulável por lesão, pois Maria, sob premente necessidade, vendeu o imóvel por valor muito abaixo do mercado, sendo dispensável, para que seja anulado, a comprovação de dolo de aproveitamento por parte de João;

c) O contrato é anulável por estado de perigo, pois Maria assumiu obrigação excessivamente onerosa para salvar-se de grave dano à sua saúde;

d) O contrato não poderá ser anulado se João oferecer suplemento suficiente para adequar o preço da venda ao valor de mercado do imóvel, não podendo Maria recusar a proposta;

e) O contrato é anulável por erro substancial quanto ao valor do imóvel, pois Maria desconhecia o real preço de mercado do bem no momento da celebração.

QUESTÃO 17

Joana, maior e capaz, é mulher trans e compareceu à Defensoria Pública manifestando interesse em alterar o prenome e o sexo no registro civil de nascimento. De acordo com a Lei de Registros Públicos e a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI no 4275, assinale





a alternativa CORRETA:

- a) Joana poderá requerer a alteração do prenome e do sexo extrajudicialmente somente se comprovar haver realizado cirurgia de transgenitalização, bem como tratamento hormonal;
- b) Joana poderá requerer a alteração do prenome e do sexo extrajudicialmente independentemente de haver se submetido à cirurgia de transgenitalização e ao tratamento hormonal;
- c) Joana poderá obter a alteração do prenome e do sexo independentemente de realização de cirurgia de transgenitalização e de tratamento hormonal, mas necessitará obrigatoriamente de prévia autorização judicial, ainda que seja maior e capaz;
- d) Para obter a alteração do prenome e do sexo no registro civil pela via extrajudicial, Joana deverá se submeter previamente à perícia psicossocial que ateste sua identidade de gênero;
- e) A Lei de Registros Públicos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não permitem a alteração do prenome e do sexo por pessoa trans.

QUESTÃO 18

Acerca do instituto da posse, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Considera-se possuidor indireto aquele

- que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas;
- b) É de boa-fé a posse que não for clandestina, violenta ou precária;
- c) É injusta a posse se o possuidor não ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa;
- d) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância;
- e) O possuidor de má-fé não tem direito à indenização das benfeitorias necessárias.

QUESTÃO 19

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) O consumidor poderá desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio;
- b) É enganosa, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou





perigosa à sua saúde ou segurança;
c) É abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços;
d) Nos contratos de adesão, todas as cláusulas, incluindo aquelas que preveem preço e limitações de direito, devem ser redigidas de maneira clara, sem ambiguidades e com formatação homogênea e de fácil leitura;
e) Nos contratos de adesão, não se admite a inserção de cláusulas além das já existentes no formulário, sob pena de serem considerados contratos paritários.

QUESTÃO 20

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras;
- b) Nos contratos bancários é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas;
- c) As Instituições financeiras respondem mediante aferição de dolo ou culpa por fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias;

- d) Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa;
- e) Na hipótese em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante em contrato bancário juntado ao processo pela instituição financeira, caberá a esta o ônus de provar a autenticidade.

QUESTÃO 21

A obrigação de prestar alimentos, sejam eles gravídicos ou decorrentes de parentesco, é regida por princípios constitucionais, como o princípio da solidariedade familiar, além de leis específicas, como a Lei nº 5.478/68 e Lei nº 11.804/08, visando auxiliar os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação. Sobre a obrigação de prestar alimentos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) mesmo convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz não fixará alimentos gravídicos até que ocorra a comprovação definitiva da paternidade ou a concordância do alimentante requerido.
- b) os alimentos gravídicos compreenderão os valores suficientes para cobrir as





despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos, além de outras que o juiz considere pertinentes.

c) após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão.

d) em ação de alimentos, provando apenas o parentesco ou a obrigação de alimentar do devedor, ao despachar o pedido inicial, o juiz fixará desde logo alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor expressamente declarar que deles não necessita.

e) os alimentos provisórios fixados na inicial poderão ser revistos a qualquer tempo, se houver modificação na situação financeira das partes.

QUESTÃO 22

A tomada de decisão apoiada visa assegurar às pessoas com deficiência maior segurança e autonomia com o apoio que for necessário para a prática de determinados atos de sua vida civil. Já a curatela tem como objetivo proteger o maior incapaz, fundamentado no apoio e não mais na substituição de vontade. Ambas visam reforçar a dignidade da pessoa humana e a autonomia nas relações civis. Quanto a esses dois instrumentos de

proteção jurídica, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Estão sujeitos a curatela aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; os deficientes mentais; os ébrios habituais e os viciados em tóxico; os pródigos; os excepcionais sem completo desenvolvimento mental.

b) Os curatelados receberão todo o apoio necessário para ter preservado o direito à convivência familiar e comunitária, sendo evitado o seu recolhimento em estabelecimento que os afaste desse convívio.

c) A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

d) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória.





e) o juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade, sendo a curatela exercida pela Defensoria Pública.

QUESTÃO 23

João procurou a Defensoria Pública querendo entrar com ação de investigação de paternidade porque acredita que Francisco é seu pai biológico. No entanto, em razão da separação de sua mãe e Francisco, quando João era ainda pequeno e tendo em vista que o seu padrasto, a quem reconhece como pai, o registrou como filho socioafetivo, nunca procurou a justiça para não magoá-la. Não obstante, após completar a maioridade, voltou a conviver com

Francisco e gostaria de ter reconhecida a paternidade, registrando-o em sua certidão de nascimento. Sobre a temática acima, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não exime de responsabilidade o pai biológico, nem impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

b) Caso Francisco entrasse com ação de investigação de paternidade e o exame de DNA restasse positivo, poderia reconhecer

o filho maior sem o consentimento deste.

c) Caso Francisco se recusasse a se submeter ao exame de código genético - DNA, a simples recusa gerará a presunção absoluta da paternidade, não necessitando de nenhuma outra prova.

d) No registro de nascimento poderá ser feita referência à natureza da filiação, à sua ordem em relação a outros irmãos do mesmo prenome, exceto gêmeos, ao lugar e cartório do casamento dos pais e ao estado civil destes.

e) Se o suposto pai houver falecido ou não existir notícia de seu paradeiro, a recusa dos parentes consanguíneos a recusa na realização do exame de pareamento do código genético (DNA) não importa em presunção da paternidade.

QUESTÃO 24

Mariana foi casada com José pelo período de 8 anos, constituindo uma família com 3 filhos. No entanto, em razão de diversas brigas e desentendimentos, decidiram se divorciar, combinando de os filhos residirem na casa do genitor, enquanto a mãe se organizasse para retornar ao mercado de trabalho, tendo em vista que havia se dedicado durante todo o período do casamento aos cuidados com a família. O direito de convivência foi estabelecido de forma livre, mediante combinação prévia. Não obstante, quando a genitora buscava a convivência com as crianças, era impedida pelo genitor e também





descobriu que este falava mal dela para os filhos. Diante da situação, foi buscar orientação jurídica para entender o que estava acontecendo e como poderia salvaguardar a sua convivência com seus filhos. Sobre modalidades de guarda e alienação parental, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) a prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

b) São formas exemplificativas de alienação parental, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros, realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; dificultar o exercício da autoridade parental; dificultar contato de criança ou adolescente com genitor; apresentar falsa denúncia contra genitor; dentre outros.

c) Caracterizada mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

d) Caracterizados atos típicos de alienação

parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador; ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado; estipular multa ao alienador; determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial; determinar a alteração da guarda

para guarda compartilhada ou sua inversão; determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente.

e) Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda unilateral, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda da criança ou do adolescente ou quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar.

QUESTÃO 25

Considerando a legislação pátria, a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa **INCORRETA**:

a) o divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, ainda que não haja





nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, somente pode ser requerido por meio de processo judicial.

b) É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

c) O Supremo Tribunal Federal (STF), na ADPF 132e na ADI 4277, reconheceu a união de homossexuais como entidade familiar merecedora de mesma proteção jurídica que a união estável.

d) O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do RESP 1.183.378/RS, decidiu inexistir óbices legais à celebração de casamento entre pessoas de mesmo sexo.

e) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

QUESTÃO 26

A Defensoria Pública foi procurada por uma família de baixa renda que ocupa um imóvel há 8 meses, mediante contrato de locação verbal, e está sendo demandada em ação de despejo por falta de pagamento dos últimos 3 meses de aluguel. O locador já ajuizou a ação e requereu liminar de despejo.

Sobre a defesa cabível e o procedimento aplicável, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) A contestação deve ser apresentada no prazo de 15 dias, sendo possível a purgação da mora até a primeira audiência, mediante o pagamento dos aluguéis em atraso acrescidos de custas e honorários advocatícios.

b) A liminar de despejo pode ser concedida de plano, independentemente de audiência de justificação prévia, bastando a prova do vínculo

locatício e da mora.

c) O locatário pode purgar a mora até a contestação, depositando em juízo o valor dos aluguéis vencidos e vincendos, acrescidos de custas processuais e honorários advocatícios de 20% sobre o valor da causa.

d) A ausência de contrato escrito impede o ajuizamento da ação de despejo, devendo o locador primeiro ajuizar ação de cobrança para constituir o título executivo.

e) A purgação da mora não é cabível em ações de despejo por falta de pagamento quando o contrato é verbal, aplicando-se apenas aos contratos escritos.

QUESTÃO 27

A Defensoria Pública ajuizou ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência em face de operadora de plano de saúde, visando à cobertura de cirurgia cardíaca de urgência negada ao assistido. A operadora contestou, alegando que o procedimento não está previsto no rol da ANS. Sobre a inversão do ônus da prova e a produção de provas no processo, assinale a alternativa **CORRETA**:





a) A inversão do ônus da prova, em razão da hipossuficiência do consumidor e da verossimilhança das alegações, pode ser determinada de ofício pelo juiz, preferencialmente na decisão de saneamento do processo, cabendo à operadora comprovar que a exclusão do procedimento é legítima.

b) A inversão do ônus da prova nas relações de consumo é automática, operando-se de pleno direito desde a propositura da ação, independentemente de decisão judicial.

c) A inversão do ônus da prova só pode ser determinada mediante requerimento expresso da parte autora na petição inicial, não sendo possível sua concessão de ofício.

d) O rol da ANS é taxativo e define o ônus probatório, cabendo ao consumidor comprovar que o procedimento cirúrgico é essencial, ainda que haja inversão do ônus da prova.

e) A prova pericial é sempre necessária nas ações contra operadoras de plano de saúde, ainda que haja relatório médico indicando a urgência do procedimento, pois documentos unilaterais não podem fundamentar a inversão do ônus probatório.

QUESTÃO 28

A Defensoria Pública ajuizou ação ordinária com pedido de tutela de urgência antecipada em face do Estado do

Amapá, objetivando o fornecimento de medicamento de alto custo não disponibilizado na rede pública. O juiz deferiu a tutela antecipada determinando o fornecimento imediato. Sobre as peculiaridades da tutela provisória em face da Fazenda Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) É vedada a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública para entrega de medicamentos, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes e à reserva do possível.

b) A tutela provisória contra a Fazenda Pública tem eficácia imediata, mas a decisão pode ser suspensa pelo Presidente do Tribunal mediante pedido de suspensão de liminar ou antecipação de tutela, demonstrando grave lesão à ordem, saúde, segurança ou economia públicas.

c) A concessão de tutela antecipada para fornecimento de medicamentos em face da Fazenda Pública é cabível quando demonstrados os requisitos de probabilidade do direito e perigo de dano, sendo vedada, porém, a imposição de multa diária (astreintes) em desfavor do ente público.

d) A tutela de urgência contra a Fazenda Pública prescinde de caução ou justificativa prévia, aplicando-se integralmente as regras do procedimento comum sem qualquer restrição.

e) É possível a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, mas a astreinte fixada não pode ser executada





imediatamente, devendo aguardar o trânsito em julgado da sentença.

QUESTÃO 29

A Defensoria Pública foi procurada por um assistido que está sendo executado em cumprimento de sentença proferida em ação de cobrança. Analisando os autos, o Defensor Público constatou que: (i) o exequente calculou incorretamente os juros, havendo excesso de execução; (ii) a citação no processo de conhecimento foi realizada em endereço incorreto; e (iii) o executado não possui patrimônio para garantir o juízo. Sobre os meios de defesa disponíveis, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O excesso de execução e a nulidade da citação devem ser alegados exclusivamente por meio de embargos à execução, no prazo de 15 dias contados da juntada aos autos do mandado de citação cumprido, mediante garantia do juízo.
- b) A nulidade da citação, por ser matéria de ordem pública, pode ser alegada mediante exceção de pré-executividade, independentemente de garantia do juízo, enquanto o excesso de execução deve ser impugnado nos termos do art. 525 do CPC.
- c) A nulidade da citação pode ser arguida por meio de exceção de pré-executividade, independentemente de garantia do juízo, por se tratar de matéria de ordem pública; já o excesso de execução deve ser alegado

por impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 dias da intimação do auto de penhora, sendo dispensável a garantia do juízo quando o executado demonstrar impossibilidade de oferecê-la.

d) Todas as matérias devem ser veiculadas em embargos à execução, sendo que a ausência de patrimônio para garantir o juízo impede a oposição da defesa, devendo o executado aguardar a penhora de bens futuros.

e) A impugnação ao cumprimento de sentença só pode ser apresentada após a garantia do juízo, não sendo admitida a exceção de pré-executividade no procedimento de cumprimento de sentença.

QUESTÃO 30

A Defensoria Pública patrocina execução de alimentos em que o alimentante está inadimplente há 8 meses. A credora requer a prisão civil do devedor.

Sobre o procedimento executório de alimentos e os meios coercitivos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A prisão civil pode ser decretada em relação a todas as parcelas vencidas, desde que comprovada a capacidade econômica do devedor e a impossibilidade de penhora de bens.
- b) A prisão civil por dívida de alimentos pode ser decretada em relação às 3 últimas prestações vencidas anteriores ao





ajuizamento da execução, acrescidas das que vencerem no curso do processo, devendo o alimentante ser previamente intimado para, em 3 dias, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

c) O rito da prisão civil é cabível apenas para as 3 últimas parcelas, mas o credor pode optar pela penhora dos valores excedentes, desde que requeira a conversão do rito antes da citação do devedor.

d) A execução de alimentos inadimplidos há mais de 2 anos está prescrita, não sendo possível a decretação da prisão civil nem a penhora de bens, devendo o credor ajuizar nova ação de cobrança.

e) A prisão civil independe de prévia intimação pessoal do devedor, bastando a citação por oficial de justiça e o decurso do prazo para pagamento espontâneo.

QUESTÃO 31

Mariana e Roberto, pais de Felipe (8 anos), divorciaram-se consensualmente em 2021 perante a 1ª Vara da Comarca de Oiapoque, município onde a família residia. Na ocasião, foi homologado acordo estabelecendo a guarda compartilhada do filho, fixando-se a residência materna como lar de referência e regime de livre convivência paterna.

No início deste ano, Mariana foi transferida por sua empresa e mudou-se

com Felipe para o município de Porto Grande. Roberto permaneceu residindo em Oiapoque. Alegando que Roberto se tornou negligente e que a distância inviabiliza a dinâmica atual, Mariana decide pleitear a alteração do regime

para guarda unilateral. Aproveitando uma ida à capital para exames médicos, Mariana procura atendimento no Núcleo de Família da Defensoria Pública em Macapá, solicitando o ajuizamento da Ação de Modificação de Guarda.

Considerando o caso hipotético, a existência de guarda compartilhada prévia e as regras de competência do Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) A competência é da Comarca de Oiapoque, por prevenção, visto que a guarda compartilhada foi fixada naquele juízo, perpetuando-se a jurisdição (*perpetuatio jurisdictionis*) independentemente da mudança de domicílio da criança, salvo se houvesse risco à integridade física da criança.

b) Como se trata de guarda compartilhada, ambos os genitores detêm a condição jurídica de guardiões. Portanto, aplica-se a regra geral das ações fundadas em direito pessoal, sendo competente o foro do domicílio do réu (Oiapoque), para evitar cerceamento de defesa de Roberto.

c) A ação poderá ser proposta tanto em Oiapoque quanto em Porto Grande, à livre escolha da autora, uma vez que a guarda compartilhada





gera uma competência concorrente entre os domicílios dos pais, devendo o juiz prevento

suscitar conflito apenas se houver duplicidade de ações.

d) A competência é da Comarca de Macapá, local onde a assistida buscou a tutela jurisdicional através da Defensoria Pública, pois, tratando-se de pessoa hipossuficiente, deve-se facilitar o acesso à justiça no local onde a parte autora se encontra momentaneamente para a prática do ato.

e) A competência é da Comarca de Porto Grande. Mesmo vigendo o regime de guarda compartilhada, para fins de fixação da competência territorial, considera-se o local onde a criança detém seu domicílio efetivo (lar de referência) com a mãe, à inteligência da legislação processual e princípio do melhor interesse da criança.

QUESTÃO 32

João procura a Defensoria Pública para ajuizamento de ação indenizatória em face de uma empresa telefônica por negativação indevida. Feita a análise de hipossuficiência prévia pela Defensoria Pública, na petição inicial requer-se a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, acostando apenas a declaração de hipossuficiência econômica subscrita por ele. Ao receber os autos, o magistrado profere a seguinte decisão:

"Vistos.

Trata-se de pedido de gratuidade da justiça formulado pela parte autora. Compulsando os autos, verifico que o requerente limitou-se a colacionar declaração genérica de pobreza.

É cediço que a gratuidade judiciária é instituto destinado àqueles que efetivamente não possuem condições de arcar com as custas sem prejuízo do sustento próprio, não sendo um 'cheque em branco' processual.

No caso em tela, o autor qualifica-se como 'motorista de aplicativo', profissão que permite ganhos variáveis, e está representado pela Defensoria Pública, o que, por si só, não induz à presunção de miserabilidade.

O Poder Judiciário encontra-se sobrecarregado e as custas possuem natureza de taxa tributária, sendo indispensáveis para o custeio do serviço público. Assim, entendo que a prova da hipossuficiência é ônus da parte, do qual o autor não se desincumbiu, pois não apresentou declaração de IR, extratos bancários ou comprovantes de despesas. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça. Intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento das custas processuais iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC. Publique-se. Intimem-se."

Considerando as normas do Código de Processo Civil de 2015 e a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores,





ASSINALE A ALTERNATIVA QUE DESCREVE A MANIFESTAÇÃO PROCESSUAL ADEQUADA A SER PROTOCOLADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA E O SEU FUNDAMENTO JURÍDICO PRINCIPAL:

- a) Agravo de instrumento, fundamentado no art. 1.015, V, do CPC, arguindo que o magistrado violou o dever de consulta prévia (art. 99, § 2º, do CPC), pois não poderia indeferir o pedido sem antes determinar que a parte comprovasse o preenchimento dos pressupostos.
- b) Apelação, com base no art. 1.009 do CPC, uma vez que o indeferimento da gratuidade da justiça impede o prosseguimento do feito, possuindo natureza de sentença terminativa que põe fim à fase de conhecimento por ausência de pressuposto processual.
- c) Embargos de declaração, alegando contradição, visto que a assistência pela Defensoria Pública gera, por si só, presunção absoluta de insuficiência de recursos para todos os fins legais, conforme interpretação sistemática do art. 98 do CPC.
- d) Mandado de segurança, perante o Tribunal de Justiça, sob o argumento de que a decisão é manifestamente ilegal e teratológica, uma vez que não existe recurso previsto no CPC para combater decisão interlocutória que versa sobre gratuidade da justiça.
- e) Pedido de reconsideração, com base no art. 99, § 3º, do CPC, sustentando que a

declaração de insuficiência de recursos para pessoa natural possui presunção absoluta de veracidade, não admitindo prova em contrário ou análise de ofício pelo magistrado.

QUESTÃO 33

Em ação de cobrança, o réu foi citado por edital, uma vez frustradas as tentativas de citação pessoal. Não houve apresentação de contestação no prazo legal. O juiz determinou a nomeação de curador especial, sendo designado Defensor Público para o múnus.

Sobre a atuação do curador especial, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O curador especial tem prazo simples para contestar, devendo apresentar defesa no prazo de 15 dias, sendo vedada a alegação de negativa geral, que caracteriza abandono da curadoria.
- b) A nomeação de curador especial supre a ausência de contestação, mas não impede a decretação de revelia e seus efeitos, devendo o curador apenas zelar pela regularidade formal do processo.
- c) O Defensor Público nomeado curador especial atua em prazo em dobro para todas as manifestações processuais, deve contestar por negativa geral quando não tiver elementos para defesa específica, e faz jus a honorários advocatícios sucumbenciais, ainda que atue em razão do múnus público.





d) O curador especial deve aceitar expressamente a nomeação, sendo-lhe facultado recusar o encargo quando já estiver atuando em mais de 5 curadorias simultâneas, hipótese em que será nomeado advogado dativo.

e) A contestação por negativa geral apresentada pelo curador especial não tem o condão de afastar os efeitos da revelia, servindo apenas para garantir o contraditório formal.

QUESTÃO 34

A Defensoria Pública do Amapá, Núcleo de Pedra Branca do Amapari, visando a tutela de direitos de uma comunidade tradicional vulnerável atingida pelo rompimento da barragem de garimpo ilegal São Domingos, adota as seguintes providências:

- I. Ajuíza Ação Civil Pública (ACP) para reparação de danos morais coletivos;
- II. Impetra Mandado de Segurança (MS) contra ato de autoridade que negou acesso a laudos técnicos; e
- III. Presta assistência jurídica a um morador da localidade que decidiu ajuizar Ação Popular (LAP) para anular o contrato administrativo de recuperação da área.

O Magistrado, ao analisar os feitos, profere decisão afirmando que: "A Defensoria Pública, quando atua como autora de ACP, deve adiantar os

honorários periciais por não se enquadrar no conceito de 'associação' do art. 18 da LACP". Além disso, indeferiu a liminar no MS e ressaltou que, na Ação Popular, a sentença de improcedência não exige reexame necessário. Com base na legislação vigente (Leis 7.347/85, 12.016/09 e 4.717/65), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- b) Nas ações de que trata a Lei nº 7.347/85, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada boa-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
- c) Não caberá, no processo de mandado de segurança, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.
- d) A sentença que concluir pela carência da ação ou pela improcedência do pedido de ação popular ficará sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- e) Na Ação Civil Pública, o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da ordem jurídica.





QUESTÃO 35

Um grupo de famílias em situação de vulnerabilidade, assistido pela Defensoria Pública, ocupa uma área de terra pertencente a uma autarquia estadual. A ocupação consolidou-se há 14 meses. A autarquia ajuíza uma Ação de Reintegração de Posse e o magistrado profere a seguinte decisão:

"Vistos.

Trata-se de pedido de reintegração de posse de bem público. No caso de ocupação coletiva, a urgência é presumida. Assim, com base no Art. 562 do

CPC, defiro a liminar inaudita altera parte para desocupação imediata, independentemente de audiência prévia ou mediação, visto que o interesse público sobrepõe-se ao particular. Citem-se os réus para contestarem em 15 dias, contados desta decisão. Publique-se. Intimem-se."

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O possuidor tem direito a ser reintegrado na posse em caso de turbação e mantido em caso de esbulho, desde que prove a posse anterior e a data do ato ilícito.
- b) Contra as pessoas jurídicas de direito público será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência

dos respectivos representantes judiciais.

c) No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho afirmado na petição inicial houver ocorrido há menos de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de liminar, deverá designar audiência de mediação.

d) No litígio coletivo pela posse de imóvel, o Ministério Público será intimado para comparecer à audiência de mediação, e a Defensoria Pública será intimada sempre que houver parte beneficiária de gratuidade da justiça.

e) Concedido ou não o mandado liminar de manutenção ou de reintegração, o autor promoverá, nos 15 (quinze) dias subsequentes, a citação do réu para, querendo, contestar a ação.

QUESTÃO 36

Numa noite, Tírzio, pessoa com 30 anos de idade, decide emboscar Tirbúzio, pessoa com 31 anos de idade, seu antigo desafeto, escondendo-se numa ribanceira por onde sabe que Tirbúzio costuma passar.

Tão logo surge o alvo, Tírzio saca uma arma de fogo e dá um único disparo, que, por erro de mira, acerta a pessoa que vinha atrás, Florisbelto, pessoa com 13 anos de idade. Florisbelto vem a óbito em razão do tiro.

Quanto ao(s) crime(s) contra a vida pelo(s) qual(is) Tírzio deve ser criminalmente responsabilizado, assinale a alternativa **CORRETA**:





- a) Um único crime de homicídio com duas qualificadoras: emboscada e ter sido praticado contra pessoa menor de 14 anos.
- b) Um único crime de homicídio, qualificado apenas pela emboscada.
- c) Dois crimes, sendo um crime tentativa de homicídio qualificada apenas pela emboscada, e outro crime de homicídio, qualificado por duas qualificadoras: emboscada e por ter sido praticado contra pessoa menor de 14 anos.
- d) Um único crime de tentativa de homicídio, qualificada apenas pela emboscada.
- e) Dois crimes, sendo um de tentativa de homicídio, qualificada apenas pela emboscada, e outro de homicídio qualificado pela pessoa ser menor de 14 anos.

QUESTÃO 37

Sobre a queixa-crime e o perdão, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O perdão é instituto que afasta a tipicidade da conduta, ensejando a absolvição.
- b) O perdão, para produzir efeitos no processo criminal, não pode ser extrajudicial.
- c) Havendo mais de um querelado, o perdão concedido a um deles, não aproveita aos demais.
- d) Se concedido por um dos ofendidos, não prejudica os demais.
- e) Pode ser judicial ou extrajudicial, mas nunca tácito.

QUESTÃO 38

Sobre excludentes de ilicitude, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Um policial que causa lesões leves a um assaltante, para impedi-lo de praticar um roubo, age em excludente de ilicitude.
- b) Uma transeunte que, ao ver um cachorro desfalecido por excesso de calor, num carro fechado ao meio-dia, quebra o vidro do carro, para retirar o animal, age em excludente de ilicitude.
- c) Um boxeador que, dentro das regras, quebra o ariz de outro boxeador, durante uma luta oficial, age em excludente de ilicitude.
- d) Um turista francês que, por evitável desconhecimento da lei brasileira, em uma festa na cidade de Oiapoque, adquire, para uso próprio, uma droga ilícita que assumiu ser de venda permitida no Brasil, age em excludente de ilicitude.
- e) Um médico que, sem autorização da pessoa desfalecida, rasga a sua roupa, para lhe prestar atendimento médico necessário, age em excludente de ilicitude.

QUESTÃO 39

Considerando as disposições do Código Penal quanto às hipóteses de crime de homicídio qualificado, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Quando o homicídio é cometido com





emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel.

b) Quando o homicídio ocorre para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.

c) Quando o homicídio é praticado nas dependências de instituição hospitalar, pública ou privada.

d) Quando o homicídio é cometido mediante pagamento ou promessa de recompensa.

e) Quando o homicídio é praticado por motivo fútil.

QUESTÃO 40

O Ministério Público do Estado do Amapá ofereceu denúncia em face de Mélvio, com 20 anos de idade, e de Tírcio, com 72 anos de idade, os quais praticaram, em novembro de 2025, diferentes infrações penais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, os prazos de prescrição são reduzidos de metade, quando o criminoso era, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Ao tempo do crime, menor de vinte e um anos ou, na data da sentença, maior de setenta anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.

b) Ao tempo do crime, menor de vinte e um anos ou, na data da sentença, maior de

setenta anos, independentemente do crime praticado.

c) Ao tempo do crime, menor de vinte e um ou maior de setenta anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.

d) Na data da sentença, menor de vinte e um ou maior de setenta anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.

e) Na data da sentença, menor de vinte e um ou maior de setenta anos, independentemente do crime praticado.

QUESTÃO 41

Segundo o artigo 63 do Código Penal, sobre a caracterização da reincidência, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País, o tenha condenado por crime anterior.

b) Quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

c) Quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime ou contravenção anteriores.

d) Quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País, o tenha condenado por crime ou contravenção





anteriores

e) Quando o agente comete um novo crime, depois de ter sido intimado de uma sentença condenatória de um crime, independentemente de trânsito em julgado, desde que a intimação da sentença tenha sido pessoal.

QUESTÃO 42

Quanto às disposições do código penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Todo homicídio praticado por homem contra mulher caracteriza o crime de feminicídio.
- b) No caso do crime de extorsão, tem-se por consumado o delito no momento em que o sujeito ativo exige da vítima o comportamento por esta indesejado, configurando mero exaurimento o efetivo constrangimento à vítima.
- c) Segundo o Código Penal, uma nova lei penal mais gravosa não pode ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência; em contrapartida, uma lei penal mais benéfica pode retroagir para beneficiar o réu, salvo se este já tiver sido condenado por sentença definitiva.
- d) É efeito genérico da condenação por crime contra o patrimônio, entre outros, a perda do cargo público.
- e) O instituto jurídico da exceção da verdade se aplica ao crime de calúnia, mas, não se aplica ao crime de difamação, salvo quando o ofendido for funcionário

público, e a ofensa for relativa ao exercício de suas funções.

QUESTÃO 43

Dentre as alternativas abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A interceptação telefônica pode ser deferida para a investigação do crime de calúnia, desde que demonstrada sua necessidade e desde que outros meios de prova se mostrem insuficientes ou inadequados.
- b) A pena de prestação pecuniária não pode ser revertida a entidade privada com finalidade social e não pode consistir em prestação de outra natureza, ainda que haja aceitação do beneficiário.
- c) Caracteriza o crime de violação de domicílio qualificada a ação de um policial que, consciente e voluntariamente, conhecendo a ilegalidade de sua conduta, ingressar em casa alheia às 4 horas da madrugada, em cumprimento a mandado de busca e apreensão.
- d) Segundo o entendimento do STJ, a condenação simultânea por tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas não impede o reconhecimento do privilégio previsto no crime de tráfico de drogas.
- e) O crime de estupro simples (art. 213, caput, do CP), ainda que na forma tentada (art. 14, inciso II, do CP) é crime hediondo.

QUESTÃO 44





Em relação à cadeia de custódia das provas, marque a alternativa **CORRETA**:

a) Considerando que as disposições previstas nos arts. 158-A a 158-F do Código de Processo Penal passaram a vigorar apenas em 2019, e que não possuem efeito retroativo, inexistente a obrigatoriedade de observância das regras relativas à cadeia de custódia nos processos instaurados antes de sua entrada em vigor.

b) O princípio da mesmidade relaciona-se diretamente à cadeia de custódia da prova, na medida em que assegura que o elemento probatório submetido à valoração judicial corresponda, de forma exata e íntegra, àquele originalmente colhido.

c) O armazenamento é procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.

d) O acondicionamento é o ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de

rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu.

e) A coleta é a descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua

posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento.

QUESTÃO 45

Acerca dos aspectos processuais dos crimes de competência do Tribunal do Júri, marque a alternativa **CORRETA**:

a) Compete constitucionalmente ao Tribunal do Júri o julgamento do crime de latrocínio quando considerado de forma isolada e consumada, não se estendendo tal competência ao delito de homicídio praticado na condução de veículo automotor.

b) De acordo com os arts. 467 e 468 do CPP, verificando que se encontram na urna as cédulas relativas aos jurados presentes, o juiz presidente sorteará 7 (sete) dentre eles para a formação do Conselho de Sentença. À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, o juiz presidente as lerá, e o Ministério Público e, depois dele, a defesa poderão recusar os jurados sorteados, até 3 (três) cada parte, sem motivar a recusa.

c) É cabível o desaforamento se houver interesse da ordem pública ou dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, mas não pode haver desaforamento em decorrência de excesso de serviço.

d) Contra a sentença de impronúncia





caberá recurso em sentido estrito.

e) A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.

QUESTÃO 46

Sobre a citação no processo penal, marque a alternativa **CORRETA**:

a) Realizada a citação por edital e não comparecendo o acusado, o processo seguirá normalmente, com nomeação de defensor dativo e produção de todas as provas, inclusive interrogatório por defensor.

b) A decretação da prisão preventiva é automática nos casos de citação por edital, devendo ser fundamentada com base na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal, tendo em vista que, nessas hipóteses presume-se o estado de fuga do acusado.

c) No processo penal, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o feito seguirá sem a sua presença, desde que lhe seja assegurada defesa técnica. Nessa situação, o juiz decretará a revelia, passando os fatos narrados na peça acusatória a serem presumidos verdadeiros.

d) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado,

ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva.

e) A revelia, embora suspenda a ação penal e vede qualquer ato de instrução, não impede a intimação do advogado via imprensa oficial.

QUESTÃO 47

Considerando como a fiança enquanto medida cautelar é regida pelo ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) De acordo com o CPP, a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

b) Caberá a concessão de fiança nos crimes hediondos, hipótese em que esta será fixada pela autoridade judicial.

c) A natureza da infração não é um parâmetro para determinação do valor da fiança, tendo em vista que, nos termos do art. 326 do CPP, devem ser consideradas as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo.

d) O quebramento injustificado da fiança importará na perda de 2/3 (dois terços) do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares





ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.

e) A fiança, medida cautelar diversa da prisão, será cabível no caso da suposta prática do crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo, em razão da pena cominada, bem como por ser crime praticado sem violência ou grave ameaça.

QUESTÃO 48

Sobre o procedimento previsto na lei nº 11.343/06, marque a alternativa **INCORRETA**:

a) Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o acusado poderá arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de 5 (cinco), arrolar testemunhas.

b) Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o acusado poderá arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de 10 (dez), arrolar testemunhas.

c) No procedimento previsto na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), aplicam-se, de

forma subsidiária, as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal.

d) Tratando-se da conduta prevista no art. 28 da Lei nº 11.343/06, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

e) Está previsto expressamente na Lei nº 11.343/06 que o inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.

QUESTÃO 49

À luz da Constituição Federal e da sistemática principiológica que informa o direito processual penal brasileiro, especialmente no que se refere às garantias fundamentais e à estrutura do processo penal democrático, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) No Direito Processual Penal Brasileiro, o chamado “princípio da intranscendência” garante que a lei nova não prejudicará a coisa julgada.

b) O acesso à Justiça Penal compreende a aplicação de diversos princípios estruturantes de um processo penal democrático, entre os quais se sobressaem





a) a jurisdicionalidade, a observância do sistema acusatório, a presunção de inocência, o contraditório e a ampla defesa, bem como o dever de fundamentação das decisões judiciais.

c) São considerados princípios fundamentais do processo penal brasileiro: princípio da ampla defesa, da fundamentação das decisões, da possibilidade de utilização das provas obtidas por meios ilícitos e do contraditório.

d) São princípios que regem a ação penal privada: obrigatoriedade, intranscendência, oportunidade, indivisibilidade e disponibilidade.

e) Pode-se afirmar que o princípio da presunção de inocência impõe um dever de tratamento ao réu, que deve ser considerado inocente durante a instrução do processo. Porém, após o advento de uma sentença condenatória e enquanto tramitar(em) o(s) recurso(s), esta presunção passa a ser de culpabilidade.

QUESTÃO 50

Sobre o Sistema Recursal do Direito Processual Brasileiro, marque a alternativa **CORRETA**:

a) A Defensoria Pública e o Ministério Público possuem a prerrogativa de prazo em dobro para a interposição de recursos no direito processual penal.

b) A renúncia do réu ao direito de apelar,

realizada sem a assistência de defensor, obsta o conhecimento da apelação interposta por este.

c) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que não receber a denúncia.

d) Caberá a oposição de embargos de declaração quando a tese defensiva não for integralmente acolhida.

e) Quando não for unânime a decisão de segunda instância, favorável ou desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos pelo Ministério Público ou pela Defesa dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.

QUESTÃO 51

Considerando o Sistema Processual Penal Brasileiro acerca das espécies de prisão e, especialmente, da prisão preventiva, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) O juiz pode decretar prisão preventiva de ofício em qualquer fase do processo, desde que existam indícios suficientes de autoria e prova da materialidade.

b) A prisão preventiva poderá ser revogada se, no curso do processo, verificar-se a falta de motivo para que subsista, devendo o juiz novamente decretá-la se sobrevierem razões que a justifiquem. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da





decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

c) A prisão preventiva poderá ser revogada se, no curso do processo, verificar-se a falta de motivo para que subsista, podendo o juiz novamente decretá-la se sobrevierem razões que a justifiquem. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

d) A conversão do flagrante em preventiva depende, necessariamente, de requerimento da autoridade policial; o pedido do Ministério Público, por si só, é insuficiente.

e) A prisão preventiva somente pode ser substituída por medidas cautelares diversas quando houver dúvida sobre a materialidade delitiva; estando comprovada a materialidade, o CPP exige a manutenção da preventiva.

QUESTÃO 52

À luz da legislação penal e processual penal, as prisões cautelares e as penas privativas de liberdade observam regras específicas quanto à substituição, ao regime de cumprimento e às condições impostas ao apenado.

No que tange às prisões e às penas

privativas de liberdade, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

a) A prisão preventiva deverá ser substituída por prisão domiciliar quando o agente for mulher com filho de até 12 anos de idade.

b) A mulher gestante poderá ter a prisão preventiva substituída por prisão domiciliar desde que não tenha cometido o crime com violência e grave ameaça à pessoa, não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente e não integre organização criminosa.

c) O regime aberto está sujeito a condições gerais e obrigatórias, quais sejam: permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga; sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados; não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial; comparecer a Juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado, bem como a condições especiais fixadas pelo juiz.

d) Os requisitos para que a mulher gestante possa ter sua prisão preventiva substituída por prisão domiciliar são diferentes dos que ela deve preencher para obter a progressão de regime na execução da pena (progressão especial).

e) Se o apenado comete falta grave, o início do novo prazo para futura progressão de regime é mantido a partir do último marco anterior à falta, não sofrendo interrupção.





QUESTÃO 53

Em janeiro de 2026, Elias, primário e portador de bons antecedentes, ingressou em um banco e, mediante o emprego de uma pistola, determinou que os funcionários lá presentes lhe entregassem os valores pecuniários disponíveis. Em razão da reação de um dos indivíduos, Elias efetuou um disparo de arma de fogo, matando-o. Após regular processo, foi condenado pela prática do crime de latrocínio. Anos depois, a defesa do apenado requereu o benefício do livramento condicional, tendo comprovado o cumprimento de metade da pena e a presença de bom comportamento carcerário. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e da Lei de Execução Penal, é **CORRETO** afirmar que Elias:

- a) Terá direito ao livramento condicional se comprovar aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho lícito e se demonstrar que não cometeu falta grave nos últimos doze meses;
- b) Terá direito ao livramento condicional quando cumprir dois terços da pena e desde que mantenha o bom comportamento carcerário;
- c) Terá direito ao livramento condicional, bastando a comprovação da aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho lícito;
- d) Não tem direito ao livramento condicional, instituto restrito aos

condenados por crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa;

e) Não tem direito ao livramento condicional, por ter sido condenado pela prática de crime hediondo com resultado morte.

QUESTÃO 54

Após a observância das formalidades constitucionais e legais, João foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de feminicídio e iniciou o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado, no Estado do Amapá. Diante do narrado, e considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é **CORRETO** afirmar que João:

- a) Terá direito à permissão de saída, a ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional, desde que preenchidos os requisitos legais, mas não à saída temporária.
- b) Terá direito à saída temporária, a ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional, desde que preenchidos os requisitos legais, mas não à permissão de saída.
- c) Não terá direito à permissão de saída, tampouco à saída temporária, salvo em caso de morte de cônjuge ou companheiro, mediante decisão do juízo da execução.
- d) Terá direito à permissão de saída e à saída temporária, mediante decisão do juízo da execução, desde que preenchidos os requisitos legais.





e) Não terá direito à permissão de saída, tampouco à saída temporária.

QUESTÃO 55

De acordo com a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

Ciente desse benefício, durante o cumprimento de sua pena em regime fechado, o apenado Paulo, que possui bom comportamento carcerário, trabalhou 90 (noventa) dias e participou de um curso de requalificação profissional com duração de 120 (cento e vinte) horas. A respeito desse caso hipotético, assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** a quantidade de dias que Paulo poderá remir de sua pena.

- a) 30 dias
- b) 40 dias.
- c) 90 dias.
- d) 100 dias.
- e) 102 dias

QUESTÃO 56

Sobre o instituto da saída temporária, assinale a alternativa **CORRETA** com base na Lei de Execução Penal:

a) É permitida a saída temporária sem vigilância direta a todos os presos que cumprem pena em regime semiaberto nos

casos de visita à família e frequência a curso supletivo profissionalizante na Comarca do Juízo da Execução.

b) Se o condenado for primário, a autorização dependerá dos seguintes requisitos: comportamento adequado, cumprimento mínimo de 1/4 (um quarto) da pena e compatibilidade do benefício com os objetivos da pena, somente.

c) A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público, o Conselho da Comunidade e a administração penitenciária, não podendo ser imposta a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado.

d) Caso o condenado descumpra as condições impostas pelo juiz da execução, o benefício não será revogado, mas será mantido, considerando a dignidade da pessoa humana e o estigma do sistema carcerário.

e) Após a última modificação legislativo ocorrida em 2024, presos condenados por crimes hediondos ou com violência/grave ameaça (como tráfico de drogas, roubo à mão armada, homicídio) tiveram a saída temporária para visita à família revogada, podendo sair apenas para estudar, se for o caso.

QUESTÃO 57

Com base no art. 1º da Lei no 4.717/1965 (Lei da Ação Popular), assinale a alternativa **CORRETA**:





- a) Qualquer pessoa, brasileira ou estrangeira, pode propor ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio público ou privado.
- b) Somente o Ministério Público possui legitimidade para propor ação popular visando à proteção do patrimônio público.
- c) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- d) A ação popular destina-se exclusivamente à defesa do patrimônio financeiro da União, não abrangendo Estados ou Municípios.
- e) A ação popular somente pode ser proposta em caso de dano material comprovado ao erário, não abrangendo lesão à moralidade administrativa.

QUESTÃO 58

Com base no art. 5o da Lei no 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A ação civil pública pode ser proposta exclusivamente pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.
- b) Têm legitimidade para propor ação civil pública o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como autarquias, empresas públicas, fundações

- ou sociedades de economia mista e associações que preenchem os requisitos legais.
- c) Somente associações civis regularmente constituídas há pelo menos dois anos podem propor ação civil pública.
- d) Pessoas físicas possuem legitimidade universal para propor ação civil pública, independentemente de representação.
- e) A ação civil pública somente pode ser ajuizada pela União quando houver interesse federal direto.

QUESTÃO 59

Com base no art. 139, inciso X, do Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Incumbe ao juiz determinar a condução coercitiva das partes sempre que houver descumprimento de decisão judicial.
- b) Incumbe ao juiz determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes para interrogatório, sob pena de confissão.
- c) Incumbe ao juiz, quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.
- d) Incumbe ao juiz instaurar de ofício incidente de resolução de demandas repetitivas sempre que identificar controvérsia sobre questão unicamente de fato.
- e) Incumbe ao juiz suspender





automaticamente todos os processos idênticos ao identificar questão repetitiva, independentemente de provocação.

QUESTÃO 60

Com base no art. 10 da Lei no 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A usucapião especial coletiva urbana exige posse individualizada e identificável de cada ocupante sobre lote determinado.
- b) As áreas urbanas com mais de 250m² ocupadas por população de baixa renda, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são suscetíveis de usucapião especial coletiva.
- c) A usucapião especial coletiva urbana pode ser reconhecida ainda que os possuidores sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
- d) O prazo para usucapião especial coletiva urbana é de dez anos, independentemente de oposição.
- e) A usucapião especial coletiva urbana depende de prévia desapropriação judicial do imóvel pelo Município.

QUESTÃO 61

Com base nos arts. 36 e 37 do CDC, especialmente quanto à distinção entre

publicidade enganosa e publicidade abusiva, assinale a alternativa **CORRETA**:
a) Publicidade enganosa é aquela que explora o medo ou a superstição do consumidor, enquanto publicidade abusiva é aquela que contém informação falsa ou omite dado essencial.

b) Publicidade enganosa é a que contém informação falsa ou capaz de induzir o consumidor em erro, inclusive por omissão; publicidade abusiva é a que viola valores sociais, como a que incita violência ou se aproveita da deficiência de julgamento da criança.

c) Publicidade enganosa e abusiva são sinônimos, diferenciando-se apenas quanto à intensidade do dano causado ao consumidor.

d) Publicidade abusiva somente ocorre quando há informação comprovadamente falsa, ao passo que a enganosa depende de decisão judicial prévia para ser reconhecida.

e) A publicidade enganosa é permitida quando não houver prova de prejuízo concreto, enquanto a abusiva depende de demonstração de dano moral coletivo.

QUESTÃO 62

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de resolução específica, instituiu a obrigatoriedade da realização de audiências concentradas nas Varas da Infância e Juventude. A respeito deste instituto e de sua finalidade no sistema de





garantia de direitos, analise as alternativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As audiências concentradas têm por objetivo principal agilizar a destituição do poder familiar, devendo ocorrer mensalmente.
- b) A realização das audiências concentradas é facultativa e fica a critério do magistrado, que decidirá pela sua conveniência apenas nos casos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.
- c) As audiências concentradas devem ser realizadas trimestralmente para reavaliar a situação jurídica e psicossocial de cada criança ou adolescente em acolhimento institucional ou familiar, visando à sua reintegração familiar ou, excepcionalmente, à colocação em família substituta.
- d) O CNJ determina que as audiências concentradas ocorram exclusivamente no âmbito dos abrigos, sem a presença do Ministério Público ou da Defensoria Pública, para preservar a intimidade dos acolhidos e evitar a judicialização excessiva.
- e) A finalidade das audiências concentradas é promover o julgamento em bloco de todos os processos de ato infracional de uma mesma comarca, garantindo a celeridade processual e a uniformização das medidas socioeducativas aplicadas.

QUESTÃO 63

Considerando as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) sobre a colocação em família substituta, especificamente quanto à guarda e à adoção, avalie as proposições a seguir. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
- b) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- c) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- d) O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- e) A guarda destina-se a regularizar posse de fato, e somente pode ser deferida nos procedimentos de tutela e adoção.

QUESTÃO 64

O Conselho Tutelar é órgão permanente,





autonomia e não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Sobre suas atribuições previstas no art. 136 do ECA, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Compete ao Conselho Tutelar decretar a perda ou suspensão do poder familiar sempre que verificar violação grave aos direitos da criança, comunicando posteriormente ao Ministério Público.
- b) É atribuição do Conselho Tutelar promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus tratos em crianças e adolescentes.
- c) O Conselho Tutelar possui competência para determinar a busca e apreensão de crianças e adolescentes em situação de risco, expedindo o respectivo mandado para cumprimento por força policial.
- d) Cabe ao Conselho Tutelar aplicar medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade aos adolescentes que praticarem atos infracionais graves.
- e) O Conselho Tutelar tem a prerrogativa de autorizar a viagem de criança ou adolescente ao exterior, desacompanhado dos pais ou responsável, mediante justificativa fundamentada.

QUESTÃO 65

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o Tema Repetitivo 1269, consolidou

entendimento a respeito do momento processual adequado para a oitiva do adolescente em conflito com a lei nos procedimentos de apuração de ato infracional. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O interrogatório do adolescente deve ser necessariamente o primeiro ato da instrução processual, em observância ao princípio da proteção integral e à regra especial do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevalece sobre o Código de Processo Penal.
- b) A oitiva do adolescente, no procedimento de apuração de ato infracional, deve ser realizada ao final da instrução, após a colheita de todas as provas testemunhais e periciais, garantindo-se o pleno exercício da ampla defesa e do contraditório.
- c) O momento do interrogatório do adolescente é discricionário do magistrado, que pode designá-lo para o início ou para o fim da audiência de instrução, desde que fundamentada a decisão na conveniência da instrução e na celeridade processual.
- d) O STJ firmou a tese de que o interrogatório do adolescente deve ocorrer imediatamente após o recebimento da representação, antes mesmo da citação dos responsáveis legais, para assegurar a informalidade do procedimento socioeducativas.
- e) A realização do interrogatório como





último ato da instrução aplica-se apenas aos procedimentos de apuração de atos infracionais praticados mediante violência ou grave ameaça, mantendo-se a regra do ECA (oitava inicial) para os demais casos.

QUESTÃO 66

A Lei nº 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). De acordo com o art. 35 desta Lei, a execução das medidas socioeducativas deve reger-se por princípios específicos. Sobre o tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Segundo o princípio da legalidade, não pode o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.
- b) Pelo princípio da excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas socioeducativas, favorece-se os meios de autocomposição de conflitos.
- c) O princípio da prioridade a práticas restaurativas e, sempre que possível, à reparação dos danos causados pelo ato infracional, é previsto no texto legal.
- d) A partir do princípio da proporcionalidade em relação à ofensa cometida, deve a medida socioeducativa ser adequada à gravidade do ato infracional.
- e) O princípio da prevalência de medidas de privação de liberdade sobre as medidas em meio aberto visa dar maior segurança à sociedade, em atenção à finalidade

preventiva da medida.

QUESTÃO 67

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê o instituto da remissão como forma de exclusão, extinção ou suspensão do processo de apuração de ato infracional. Sobre as diferenças entre a remissão concedida pelo Ministério Público e a concedida pela autoridade judiciária, analise as afirmativas e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A remissão concedida pelo Ministério Público pode incluir a aplicação de qualquer medida socioeducativa, inclusive a de internação, desde que aceita pelo adolescente e seu defensor.
- b) A remissão ministerial ocorre antes de iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional, servindo como forma de exclusão do processo, podendo ser cumulada com medida socioeducativa de meio aberto.
- c) A remissão judicial, concedida após o início do procedimento, tem caráter irrevogável e importa necessariamente no reconhecimento da culpa do adolescente, gerando antecedentes infracionais.
- d) Tanto a remissão ministerial quanto a judicial dependem de homologação do Conselho Tutelar para produzirem efeitos legais no cumprimento das medidas acordadas.





e) A remissão judicial pode ser concedida a qualquer tempo, antes ou depois da sentença, e implica necessariamente na extinção do processo, vedada a sua cumulação com medida de advertência.

QUESTÃO 68

Para que um tratado ou convenção internacional de direitos humanos ingresse no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional, É NECESSÁRIO QUE:

- a) Seja aprovado pelo Congresso Nacional, em sessão unicameral, por maioria absoluta dos respectivos membros;
- b) Seja aprovado em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, por maioria absoluta dos respectivos membros.
- c) Seja aprovado em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) Seja aprovado em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, por dois terços dos votos dos respectivos membros.
- e) Seja aprovado pelo Congresso Nacional, em sessão unicameral, por dois terços dos respectivos membros.

QUESTÃO 69

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A característica da universalidade afirma que os direitos humanos consistem numa categoria universal e que devem, portanto, ser protegidos e respeitados em qualquer parte do globo.

b) De acordo com a característica da historicidade, os direitos humanos resultam de um processo histórico em que, gradativamente, por meio de lutas, foram sendo conquistados, sem que isso exclua a existência de direitos inerentes à condição humana.

c) Segundo a característica da indisponibilidade, as pessoas não podem dispor de sua dignidade, de modo que a autorização de seu titular não justifica ou convalida qualquer violação do seu conteúdo essencial.

d) A característica da indivisibilidade significa que os direitos humanos não se sucedem em gerações, mas, ao contrário, acumulam-se e se fortalecem ao longo do tempo.

e) Os direitos humanos são sempre relativos, não existindo, no plano doutrinário ou no direito internacional, direitos humanos absolutos.

QUESTÃO 70

No âmbito do Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) possuem mecanismos de supervisão próprios. Sobre esses tratados





e seus Protocolos Facultativos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Ambos os Pactos admitem, desde sua adoção originária, o envio de comunicações individuais diretamente ao Comitê de Direitos Humanos da ONU.
- b) O PIDCP prevê Protocolos Facultativos que permitem, entre outras medidas, a apresentação de comunicações individuais e a abolição da pena de morte.
- c) O PIDESC não possui qualquer Protocolo Facultativo, limitando-se a relatórios periódicos apresentados pelos Estados.
- d) Os Protocolos Facultativos do PIDCP são automaticamente aplicáveis a todos os Estados que ratificaram o Pacto, independentemente de adesão específica.
- e) Os Protocolos Facultativos não possuem natureza jurídica vinculante, tendo apenas caráter recomendatório.

QUESTÃO 71

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial adota conceito amplo de discriminação, abrangendo distinções, exclusões ou preferências baseadas, entre outros fatores, em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- b) A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) define discriminação

contra a mulher como toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha por efeito ou finalidade prejudicar o reconhecimento ou o exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

c) A CEDAW reconhece a legitimidade das medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre homens e mulheres, não as considerando discriminatórias.

d) O Protocolo Facultativo à CEDAW estabelece que a discriminação contra a mulher deve ser analisada exclusivamente sob a perspectiva da igualdade formal, vedada a consideração de desigualdades materiais.

e) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial impõe aos Estados o dever de adotar políticas públicas e medidas legislativas voltadas à eliminação da discriminação racial.

QUESTÃO 72

À luz da Constituição Federal de 1988 e do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 1.017.365/SC (Tema 1.031 da Repercussão Geral), acerca dos direitos territoriais dos povos indígenas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O reconhecimento do direito dos povos indígenas às terras tradicionalmente ocupadas exige a comprovação de ocupação física contínua na data da





promulgação da Constituição Federal, em 5/10/1988.

b) A demarcação de terras indígenas possui natureza constitutiva, criando novo direito real em favor das comunidades indígenas.

c) A proteção constitucional às terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas independe da existência de marco temporal em 5/10/1988 ou da presença de conflito físico ou controvérsia judicial nessa data.

d) As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas podem ser alienadas pela União, desde que assegurado o direito de consulta prévia às comunidades afetadas.

e) A posse indígena equipara-se integralmente à posse civil, regendo-se pelos mesmos critérios do Código Civil.

QUESTÃO 73

À luz do Estatuto de Roma, que instituiu o Tribunal Penal Internacional, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Os crimes da competência do Tribunal Penal Internacional submetem-se aos prazos prescricionais previstos no direito interno do Estado responsável pelo julgamento.

b) O Estatuto de Roma admite a responsabilização penal internacional de Estados, afastando a responsabilidade penal individual.

c) A condição oficial de Chefe de Estado ou

de Governo constitui causa de exclusão de responsabilidade penal perante o Tribunal Penal Internacional.

d) O Estatuto de Roma consagra o princípio da legalidade penal, assegura garantias processuais ao acusado e estabelece a imprescritibilidade dos crimes de sua competência.

e) As garantias processuais previstas no Estatuto de Roma aplicam-se apenas à fase de julgamento, não alcançando a investigação.

QUESTÃO 74

No julgamento do Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos fixou importantes entendimentos sobre graves violações de direitos humanos. À luz dessa decisão, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) A Corte Interamericana reconheceu a validade da Lei de Anistia brasileira como obstáculo legítimo à persecução penal de graves violações de direitos humanos.

b) O Brasil foi condenado apenas por violação ao direito à vida, afastando-se qualquer dever estatal de investigar os fatos ocorridos.

c) A Corte Interamericana entendeu que desaparecimentos forçados constituem violações permanentes e que leis de anistia não podem impedir a investigação e punição dos responsáveis.





d) A Corte Interamericana reconheceu que a prescrição penal é plenamente aplicável a crimes contra a humanidade, desde que prevista no direito interno.

e) A decisão da Corte Interamericana produziu apenas efeitos simbólicos, sem impor deveres concretos ao Estado brasileiro.

QUESTÃO 75

De acordo com a Resolução nº 03/2019/CSDPEAP, que regulamenta a aferição da hipossuficiência, critérios de atuação e denegação de atuação da Defensoria Pública do Estado do Amapá, assinale a alternativa **INCORRETA** quando às hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública:

- a) Não caracterização de alguma hipótese de vulnerabilidade.
- b) Manifesto descabimento da medida pretendida ou inconveniência aos interesses da parte.
- c) Matéria que não se inclua nas atribuições da instituição.
- d) Quebra na relação de confiança.
- e) Qualquer questão subjetiva plenamente justificada pelo Defensor responsável.

QUESTÃO 76

De acordo com a Resolução nº 03/2019/CSDPEAP, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) O exercício da curadoria especial depende da necessidade econômica de seu beneficiário.

b) A atuação na persecução criminal depende da aferição da necessidade econômica do beneficiário, exceto quando o réu, intimado para constituir advogado, não o faz.

c) O Defensor Público deixará, ainda, de atender o interessado, quando a matéria, objeto de ação, não figurar nas atribuições, não sendo seu dever orientar sobre o local adequado de atendimento.

d) O interessado que discordar da decisão de denegação poderá apresentar recurso escrito, dirigido ao Defensor Público-Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, instruindo-o com os fundamentos e documentos que entender pertinentes.

e) Na eventualidade da renúncia do advogado constituído, o Defensor Público não precisa requerer a intimação da parte para que seja oportunizada a nomeação de outro advogado de sua confiança, podendo decidir atuar de imediato.

QUESTÃO 77

De acordo com a Lei Complementar nº 80/1994, assinale a alternativa **INCORRETA** quanto às prerrogativas da Defensoria Pública do Estado:

a) Receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância





administrativa, contando-lhes em dobro todos os prazos.

b) Examinar, em qualquer repartição pública, autos de flagrantes, inquéritos e processos, assegurada a obtenção de cópias e podendo tomar apontamentos.

c) Requisitar de autoridade pública ou de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições.

d) Representar a parte, em feito administrativo ou judicial, mediante outorga de procuração.

e) Ter o mesmo tratamento reservado aos Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça.

QUESTÃO 78

A Lei Complementar Estadual nº 121/2019 traz disposições sobre a Ouvidoria-Geral e a Resolução nº 51/2021/CSDPEAP regulamenta o procedimento para escolha e provimento do titular do cargo de Ouvidor- Geral da DPE/AP. Com base nos disposto nesses dois diplomas legais, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) O cargo de Ouvir-Geral não exige regime de dedicação exclusiva.

b) O Ouvidor-Geral é órgão da administração superior da Defensoria Pública, de promoção da qualidade dos serviços prestados pela instituição.

c) À Ouvidoria-Geral compete receber e

encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros e servidores, assegurada a defesa preliminar.

d) Participar, com direito a voz e voto, do Conselho Superior.

e) São requisitos para compor a lista sêxtupla de indicação de Ouvir-Geral possuir atuação social comprovada por, no mínimo, 05 (cinco) anos, nas áreas de atuação da Defensoria Pública, e ser indicado por entidade da sociedade civil que preencha os requisitos para ser eleitoral.

QUESTÃO 79

Sobre o histórico da assistência jurídica e Defensoria Pública nas Constituições Brasileiras, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A Constituição de 1934 foi a primeira a assegurar expressamente o acesso à justiça aos necessitados por meio de “órgãos especiais” que deveriam ser criados para esse fim.

b) A Constituição de 1988 criou a Defensoria Pública como o modelo pelo qual o Estado prestará a assistência jurídica e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

c) Por meio de Emenda Constitucional 45/2004, as Defensorias Públicas dos Estados conquistaram autonomia funcional e administrativa, além da iniciativa de sua





proposta orçamentária.

d) A Emenda Constitucional 80/2014 inseriu os princípios institucionais da Defensoria Pública na Constituição, quais sejam, a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.

e) A Emenda Constitucional 74/2013 garantiu à Defensoria Pública da União autonomia funcional e administrativa, além da iniciativa de sua proposta orçamentária.

QUESTÃO 80

De acordo com a LC nº 80/94, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o Direito dos assistidos da Defensoria Pública:

- a) A informação sobre localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública.
- b) O patrocínio de seus interesses por Defensor de sua escolha.
- c) A atuação de Defensores distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.
- d) A qualidade e eficiência do atendimento.
- e) O direito de ter a sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.

2. **DIVULGAR**, conforme o anexo II, do cronograma de atividades supramencionado edital, **o gabarito**

provisória da prova aplicada no dia 29 de março de 2026:

01	D	16	B	31	E	46	D	61	B	76	B
02	A	17	B	32	A	47	A	62	C	77	D
03	C	18	D	33	C	48	B	63	E	78	E
04	C	19	A	34	B	49	B	64	B	79	D
05	D	20	C	35	E	50	C	65	B	80	B
06	B	21	A	36	B	51	C	66	E		
07	A	22	A	37	D	52	E	67	B		
08	B	23	A	38	D	53	E	68	C		
09	E	24	E	39	C	54	A	69	E		
10	A	25	A	40	A	55	B	70	B		
11	A	26	C	41	B	56	E	71	D		
12	C	27	A	42	E	57	C	72	C		
13	A	28	B	43	E	58	B	73	D		
14	E	29	B	44	B	59	C	74	C		
15	D	30	B	45	E	60	B	75	E		

Macapá/AP, 30 de março de 2026.

JEFFERSON ALVES TEODÓSIO

Presidente da Comissão do Processo Seletivo para Composição de Banco de Talentos

EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS

Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pereira dos Anjos, Diretor**, em 30/03/2026, às 14:38:59, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **jefferson alves teodosio, Subcorregedor-Geral**, em 30/03/2026, às 14:37:42, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador.externo.php?acao=documento_conferir&id_organizacao_externo=0 informando o código verificador **0206005** e o código CRC **CA54B081**.

26.0.00000082-4

0206005v126





Documento assinado eletronicamente por **lauro miyasato junior, Corregedor**, em 30/03/2026, às 13:15:14, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0206067** e o código CRC **3D4D8736**.

26.0.000002801-0

0206067v3

PORTARIA Nº 288, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

Dá publicidade a folga compensatória de Servidora Pública.

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº121, de 31 de dezembro de 2019 e,

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000002801-0/SEI;

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar Estadual nº 121/2019;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 05/2024/CGDPEAP, que dispõe sobre o procedimento para o pedido de concessão e gozo de férias e gozo de folgas compensatórias de Membros e Servidores da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

RESOLVE:

Art. 1º. Publicizar 3 (três) dias de folgas compensatórias da Servidora Pública Caroline Marques da Gama, que exerce suas atividades na 1ª Defensoria cível e de família de Santana, nos dias 16, 17 e 20 de abril de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Macapá/AP, 30 de março de 2026.

LAURO MIYASATO JUNIOR
Corregedor-Geral



PORTARIA Nº 189, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

Dá publicidade a relação dos servidores que participaram dos plantões no período de 23 a 29 de março de 2026.

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº121, de 31 de dezembro de 2019 e,

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000002561-4/SEI;

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000002695-5/SEI;

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000002671-8/SEI;

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000002689-0/SEI;

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000002700-5/SEI;

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000002862-1/SEI;

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar Estadual nº 121/2019;

CONSIDERANDO a Resolução nº 101 de 20 fevereiro de 2024, que regulamenta os Plantões





a serem realizados no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar pública a relação dos servidores que participaram dos plantões no período de 23 a 29 de março, conforme relação a seguir:

DATA	SERVIDOR PLANTONISTA
23/03/2026	Ianca Caroline Rodrigues Barros
24/03/2026	Camila Victória Da Costa Gomes
25/03/2026	José Vitor Gomes Góes
26/03/2026	Pietrina de Lucas Fernandes Costa
27/03/2026	Gabriela Pereira Dias
28/03/2026	Luany Vitória dos Reis Ferreira
29/03/2026	Luciano Linick Coelho Soares

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Macapá/AP, 30 de março de 2026.

LAURO MIYASATO JUNIOR
Corregedor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **lauro miyasato junior, Corregedor**, em 30/03/2026, às 13:15:14, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0206108** e o código CRC **28A0214C**.

26.0.000003004-9

0206108v2



PORTARIA Nº 291, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

Altera escala do plantão da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO a Resolução nº 101/2024/CSDPEAP que regulamenta os plantões a serem realizados no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá;

CONSIDERANDO a escala de plantão publicada na Portaria nº 940/2025/CGDPEAP;

CONSIDERANDO a Portaria nº 217/2026/CGDPEAP que escalou o defensor público substituto Arthur de Almeida Pessoa para atuação no plantão da Defensoria no dia 30 de março de 2026;

CONSIDERANDO o pedido de afastamento da atuação no plantão do dia 30 de março de 2026, realizado pelo defensor público Arthur de Almeida Pessoa nos autos do processo SEI nº 26.0.000002957-1, em razão de participação na reunião do Conselho Superior na condição de presidente da Associação das Defensoras e Defensores do Estado do Amapá.

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o Defensor Público Eduardo Pereira dos Anjos para atuação no plantão da Defensoria Pública do Estado do Amapá no dia 30 de março de 2026, em substituição ao Defensor Público Arthur de Almeida Pessoa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.





PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Macapá/AP, 30 de março de 2026.

LAURO MIYASATO JUNIOR

Corregedor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **lauro miyasato junior, Corregedor**, em 30/03/2026, às 13:15:14, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0206138** e o código CRC **D4CA46E9**.

26.0.000002957-1

0206138v2



PORTARIA Nº 276, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

Concessão de licença para tratamento de saúde à servidora pública.

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n.º 121, de 31 de dezembro de 2019 e Portaria n.º 395, de 2 de maio de 2024,

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000002979-2/SEI;

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000002345-0/SEI;

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados nos autos dos processos;

CONSIDERANDO o artigo 240, da Lei Ordinária n.º 066, de 03 de maio de 1993;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n.º 7, de 27 de setembro de 2024, da Defensoria Pública-Geral;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 9 (nove) dias de licença para tratamento de saúde à servidora pública **Jeanne Medeiros dos Santos**, que exerce suas atividades na Defensoria Pública do Estado do Amapá, **nos dias 3, 5, 16, 17, 18, 19, 23, 24 e 25 de março de 2026.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 3 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Macapá, 30 de março de 2026.

EDUARDO LORENA GOMES VAZ

Subdefensor Público-Geral do Estado do Amapá
para Assuntos Institucionais



Documento assinado eletronicamente por **eduardo lorena gomes vaz, Subdefensor Público-Geral Institucional**, em 30/03/2026, às 13:13:46, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0206171** e o código CRC **FDEFAA70**.

26.0.000002345-0

0206171v2





PORTARIA Nº 292, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

Dá publicidade a folga compensatória de Defensora Pública.

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº121, de 31 de dezembro de 2019 e,

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000001915-0/SEI;

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar Estadual nº 121/2019;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 05/2024/CGDPEAP, que dispõe sobre o procedimento para o pedido de concessão e gozo de férias e gozo de folgas compensatórias de Membros e Servidores da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

RESOLVE:

Art. 1º. Publicizar 6 (seis) dias de folgas compensatórias da Defensora Pública Thalita Araújo Silva, que exerce suas atividades na Defensoria Criminal do Tribunal do Júri de Macapá, nos dias 2, 3, 4, 5, 8 e 9 de junho de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Macapá/AP, 30 de março de 2026.

LAURO MIYASATO JUNIOR

Corregedor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **lauro miyasato junior, Corregedor**, em 30/03/2026, às 13:36:04, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0 informando o código verificador **0206174** e o código CRC **C74726E8**.

26.0.000001915-0

0206174v3



PORTARIA Nº 290, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

Dá publicidade a folga compensatória de Defensora Pública.

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº121, de 31 de dezembro de 2019 e,

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico nº 26.0.000002896-6/SEI;

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar Estadual nº 121/2019;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 05/2024/CGDPEAP, que dispõe sobre o procedimento para o pedido de concessão e gozo de férias e gozo de folgas compensatórias de Membros e Servidores da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

RESOLVE:

Art. 1º. Publicizar 2 (dois) dias de folgas compensatórias da Defensora Pública Adegmar Pereira Loiola, que exerce suas atividades na Subdefensora Pública-





SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2026

Ano VI, Edição 58/2026 — Pág. 51 de 52

Geral para Assuntos Administrativos, nos dias 30 e 31 de março de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Macapá/AP, 30 de março de 2026.

LAURO MIYASATO JUNIOR
Corregedor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **lauro miyasato junior, Corregedor**, em 30/03/2026, às 13:15:14, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0206182** e o código CRC **BBD0FE97**.

26.0.000002896-6

0206182v2



PORTARIA Nº 293, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a instauração de sindicância destinada a apurar possível irregularidade relacionada à conduta de assistido, consistente em suposta gravação não autorizada e eventual prejuízo ao regular funcionamento do serviço.

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral é órgão encarregado da orientação e da fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e servidores da instituição, bem

como da regularidade do serviço, conforme art. 20 da LCE nº 121/2019;

CONSIDERANDO que havendo fato caracterizador de suposta violação dos deveres funcionais compete à Corregedoria-Geral a instauração de sindicância, nos termos do Art. 146 c/c 151, I, da LCE nº 121/2019 c/cart. 15 da Resolução nº 79/2022/CSDPEAP;

CONSIDERANDO que a instauração da sindicância se dá com a publicação da Portaria do Corregedor-Geral, assim disposto no art. 17 da Resolução nº 79/2022/CSDPEAP;

CONSIDERANDO o processo eletrônico SEI nº 26.0.000002494-4.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar sindicância a fim de apurar possível irregularidade relacionada à conduta de assistido, consistente em suposta gravação não autorizada e eventual prejuízo ao regular funcionamento do serviço.

Art. 2º. Designar para compor a Comissão Processante o defensor público Ramon Simões de Souza, Presidente, e os servidores públicos Aclemildo Barbosa dos Santos e Odimir Lopes Ferreira.

Art. 3º. A Comissão Processante terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir os trabalhos referentes a esta sindicância.

Art. 4º. O procedimento a ser observado pela Comissão Processante será o disposto na Resolução nº 79/2022/CSDPEAP.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Macapá/AP, 30 de março de 2026.





LAURO MIYASATO JUNIOR
Corregedor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **lauro miyasato junior, Corregedor**, em 30/03/2026, às 13:14:16, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0 informando o código verificador **0206184** e o código CRC **C639BB59**.

26.0.000003013-8

0206184v2

